

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA CNI, ROBSON BRAGA DE ANDRADE, NO LANÇAMENTO DA 17ª AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA. BRASÍLIA, 27 DE MARÇO DE 2012.

Senhoras e Senhores,

O lançamento da **Agenda Legislativa da Indústria 2012** é um importante momento para o setor industrial. É a hora em que avaliamos os avanços realizados, apresentamos as nossas prioridades ao Congresso Nacional e refletimos sobre os nossos desafios.

Em 2011, soubemos aproveitar o momento de expectativas, que normalmente acompanha uma nova legislatura no Congresso Nacional e a troca de Presidente da República, para promover projetos que criavam condições para a indústria e o Brasil crescerem.

Temas de grande relevância para a indústria e o país tiveram evolução no ano passado. Foram transformados em lei nada menos do que seis projetos da *Pauta Mínima* de 2011:

- o Cadastro Positivo;
- a reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência;
- o reajuste de valores de enquadramento no Simples Nacional;

- as normas para alavancar o financiamento privado de longo prazo;
- a definição das competências ambientais comuns entre os entes federativos;
- e a regulamentação da Emenda 29, com recursos para a saúde, sem a criação da nova CPMF.

Esses resultados são importantes. No entanto, é preciso fazer mais. O cenário internacional não permite imaginar que nós somos uma “ilha de tranquilidade”. A experiência europeia recente mostra os custos de adiar o enfrentamento dos problemas de competitividade.

O mundo caminha para alguns anos de redução do crescimento, marcado por incertezas. A modesta expansão do Brasil em 2011 e, em especial, da indústria revela sinais que devem ser observados atentamente.

A combinação de real forte e custos sistêmicos persistentemente altos tem sido fatal para a indústria. O sentido de urgência é fundamental. Temos que centralizar nossa atenção em ações que, de fato, atenuem os problemas de competitividade e impulsionem a produtividade.

O Brasil é hoje um País de alto custo. O câmbio explica uma parte do problema, mas há uma agenda que depende exclusivamente de nossas iniciativas.

As empresas brasileiras são obrigadas a comprar gás natural por um preço muito superior ao pago pelas concorrentes norte-americanas. Em 2011, adquirimos o insumo por um preço médio de 17,69 dólares por milhão de BTUs. Isso é três vezes mais do que a média nos Estados Unidos, que foi de 5,02 dólares, segundo o Departamento de Energia daquele país.

O mesmo ocorre com outros importantes insumos para a produção. No Brasil, o preço da energia elétrica para o setor industrial é mais do que o dobro do praticado nos Estados Unidos. Em 2011, de acordo com a ANEEL, o consumidor industrial brasileiro pagou, em média, 151,56 dólares por megawatt-hora, enquanto a média nos Estados Unidos foi de 68,91 dólares.

Os custos de transporte no País, em vários importantes trechos logísticos, são bastante superiores aos do mercado internacional. Essa situação tem impacto direto na competitividade do produto nacional. Os encargos financeiros nas operações de crédito também atrapalham.

Dados do FMI mostram que a taxa real de juros nos empréstimos no Brasil é de 33% ao ano. Nos Estados Unidos, na Coreia do Sul e na Índia, ela não passa de 1,75%. Da mesma forma, os custos do trabalho, inflados por diversas obrigações, são fonte de perda de competitividade.

Outro exemplo é o nosso sistema tributário. Ele impõe uma carga de impostos sobre a produção mais elevada do que a dos nossos concorrentes internacionais, fato que é agravado pela incapacidade em dar uma solução plena para o problema da acumulação de créditos.

PAUSA

Senhoras e senhores senadores e deputados,

A economia cobra sempre um preço pelos adiamentos. É nosso dever criar as condições para que o Brasil não desperdice as extraordinárias oportunidades que se apresentam para um ciclo sustentável de crescimento.

A proteção contra o ambiente global de incertezas depende de ações que estão ao nosso alcance.

É por isso que, mesmo se tratando de um ano com eleições municipais, devemos prestar atenção a alguns projetos em tramitação no Congresso. Eles constroem pontes para o futuro e criam condições para uma expansão econômica mais robusta.

PAUSA

Na Agenda Legislativa deste ano, identificamos 16 projetos prioritários para compor a *Pauta Mínima*. Sete deles tratam de questões que apresentam impactos diretos sobre custos.

Dentre esses projetos, destaco nosso apoio à proposta de eliminação do adicional de 10% do FGTS. Não se justifica a manutenção desse acréscimo sobre a multa rescisória, que não é destinado aos empregados. Os recursos do Fundo já foram recuperados. O FGTS não é mais deficitário.

Também voltado para a redução de custos, o projeto que permite a adoção de crédito financeiro do IPI foi mantido na *Pauta Mínima*. Esse conceito significa a substituição de um complexo sistema atual, que se baseia na análise física, por um controle puramente contábil. Ele permite desburocratizar a atividade e eliminar a cumulatividade tributária residual.

A introdução dessa sistemática corrige uma das principais distorções do nosso sistema tributário. Além do Brasil, apenas Haiti e Costa Rica adotam o regime de crédito físico. Nele, não se permite a utilização dos valores recolhidos ao longo da cadeia produtiva referentes à aquisição de bens ou serviços que não integrem diretamente o processo produtivo.

Precisamos também empenhar esforços pela rejeição da proposta que reduz de 44 para 40 horas a jornada semanal de trabalho. Se aprovada, essa imposição elevará os custos diretos da folha de pagamento em 10%. Isso pode forçar as empresas a aumentar a automação, reduzir a produção, intensificar o trabalho no quadro de empregados existente ou, até mesmo, se mudar para outros países.

A tendência nas economias mais avançadas é manter estável a jornada prevista em lei, deixando espaço para a definição de jornadas diferenciadas por categorias mediante livre negociação. É o caso de Canadá, China e Coreia do Sul, todos com 44 horas; do Chile, com 45 horas; e de Holanda, Inglaterra e México, com 48 horas.

A Alemanha, hoje também com 48 horas, já chegou a adotar jornada inferior, mas se viu obrigada a rever essa regra, diante da ameaça de que as grandes indústrias se transferissem para o Leste Europeu. Além disso, a França, que adotou 35 horas, posteriormente teve que aprovar lei permitindo a livre negociação das horas extras entre empresas e trabalhadores.

Os demais projetos que envolvem questões relacionadas a custos abordam os seguintes temas:

- compensação de saldos credores de tributos federais com débitos previdenciários;

- elevação do limite superior da receita bruta para que as empresas possam optar pelo regime de lucro presumido para apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- tributação de investimentos estrangeiros em títulos públicos e na distribuição de lucros e dividendos, além de dedução dos juros sobre capital próprio para efeito de cálculo do lucro real; e
- restrição à dispensa sem justa causa.

PAUSA

Temos na *Pauta Mínima* dois projetos relacionados à necessidade de desburocratização, que são:

- suspensão da portaria que instituiu o registro eletrônico de ponto; e
- reformulação da lei de licitações.

PAUSA

A *Pauta Mínima* traz ainda seis projetos que tratam de assuntos relacionados à segurança jurídica.

Dentre eles, destaco nosso apoio a projeto de regulamentação da terceirização, que permite que as atividades meio e as atividades fim sejam terceirizadas. Ele também prevê a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora do serviço.

A falta de regulação legal sobre serviços terceirizados cria passivos trabalhistas e inibe a criação de empregos. A CNI levantou que 54% das empresas industriais utilizam serviços terceirizados e que 46% teriam sua competitividade prejudicada caso não fosse possível utilizá-los.

Um marco legal adequado para a terceirização permite a adaptação das empresas brasileiras às condições modernas de produção, sem tornar as relações de trabalho precárias.

Os outros cinco projetos sobre segurança jurídica tratam de:

- lei geral das agências reguladoras;
- novas regras para a desconsideração da personalidade jurídica;
- novo Código Florestal;
- novas normas para licenciamento ambiental;
- novas normas para caracterização de acidentes de trabalho.

PAUSA

Por fim, no que diz respeito à isonomia competitiva, compõe a *Pauta Mínima* deste ano projeto que soluciona parte dos problemas criados pela “guerra dos portos”. A concessão de benefícios fiscais a produtos importados expõe as empresas brasileiras a condições de competição desiguais em relação a suas concorrentes de outros países.

Uma das consequências dessa prática é a redução de empregos diretos e indiretos na indústria nacional, que pode ter chegado a 915 mil em 10 anos. Outro problema decorrente da guerra dos portos é a menor produção por parte das indústrias brasileiras. Os incentivos às importações podem ter diminuído o Produto Interno Bruto de 2010 em R\$ 18,9 bilhões. Ou seja, o PIB teria sido 0,6% maior sem esses estímulos tributários.

Esses são os 16 projetos da *Pauta Mínima*, que integram o total de 131 proposições priorizadas na Agenda Legislativa da Indústria de 2012. São projetos que afetam a competitividade das empresas e modificam o ambiente de negócios ou que evitam a elevação de custos e a destruição de empregos.

PAUSA

Senhores e senhoras parlamentares,

Por meio da Agenda Legislativa da Indústria, mantemos um diálogo transparente com o Congresso Nacional. O debate vai além do impacto que esses projetos têm na atividade produtiva. Seus efeitos são sentidos em todas as áreas da sociedade. Com a agenda legislativa, colaboramos na construção de um País mais estável, confiável e atraente para investimentos produtivos. Sem dúvida, esse é o caminho certo para a maior geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros.

Muito obrigado.